

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Polêmica, Belo Monte liga última turbina	2
Título: Com expansão do pré-sal, Maricá vira 'novo rico'	4
Título: O fio da meada	5
Título: Entidade é contra repassar royalties a todos municípios	7
Título: 30 cidades ficam com até 72% dos recursos do pré-sal, mostra estudo	8
Título: Fragmentos de óleo solidificado chegam ao litoral do RJ	10
Título: Óleo chega ao litoral norte do Estado do Rio	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Petrobras consegue liminar contra greve de petroleiros	11
Título: Com venda de ativos, lucro das cinco maiores estatais avança 69,6% em 2019	12
Título: Pescadores, voluntários e moradores relatam estresse e esgotamento mental	14
VEÍCULO: O Globo	17
Título: A chance da Câmara na política ambiental e de defesa civil	17
Título: Resíduos de óleo são vistos pela primeira vez no Estado do Rio	18
VEÍCULO: Correio Braziliense	20
Título: O petróleo não é estadual	20

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/11/2019****Seção: Economia****Autor: André Borges/ BRASÍLIA****Título: Polêmica, Belo Monte liga última turbina**

Nove anos depois e ao custo de R\$ 40 bi, Bolsonaro corta fita de obra criada por Lula

A hidrelétrica de Belo Monte aciona, nesta semana, a sua última turbina para retirar energia das águas do rio Xingu, em Altamira, no Pará. O ato marca a conclusão de uma das obras mais caras da história do Brasil, com valor aproximado de R\$ 40 bilhões, a custos atuais. Passados nove anos desde o seu leilão – quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez a Eletrobrás montar um consórcio para apresentar uma proposta pelo projeto, sendo a única oferta que houve –, Belo Monte chega ao acionamento integral de suas 18 máquinas de sua casa de força principal, além de outras seis turbinas menores, de barragem complementar.

Leiloada por Lula, iniciada por Dilma Rousseff e acompanhada por Michel Temer, Belo Monte terá a fita cortada por Jair Bolsonaro. A usina, com seus 11.233 megawatts (MW) de capacidade instalada, confirmou-se como a maior hidrelétrica 100% brasileira, mas não conseguiu mudar, essencialmente, a realidade do município que a recebeu. Altamira, que em agosto deste ano foi palco de um massacre que deixou 58 mortos dentro de seu presídio, foi considerada a segunda cidade mais violenta do País em 2017, só atrás de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza, no Ceará.

Não foi uma catástrofe isolada. Em 2015, Altamira já havia figurado como a primeira no ranking das cidades mais violentas. A cidade, que viu parte de seu território ser inundado por um lago de 478 quilômetros quadrados, também viu inchar a demanda por seus serviços públicos de saúde, educação e segurança, estrangulados pelo crescimento de uma população que saltou de cerca de 100 mil habitantes em 2010 para aproximadamente 150 mil, atualmente. Não era para ser assim, se considerado o que prometia a concessionária Norte Energia, dona da usina.

Mais do que retirar milhares de famílias que viviam sobre palafitas na orla do rio Xingu, no centro da cidade, a empresa prometia instalar, em 100% das casas, um sistema de saneamento de primeiro mundo. Repetidas vezes, a diretoria da concessionária garantiu que Altamira teria “um sistema de água e esgoto como o da Suécia, da Inglaterra”. Nesta semana, quando o presidente Jair Bolsonaro ligar a 18.^a turbina de Belo Monte, ainda haverá famílias em Altamira sem acesso aos serviços básicos de saneamento. Por mais de dois anos, a Norte Energia resistiu em fazer as ligações domiciliares de água e esgoto, sob o argumento de que a sua responsabilidade era apenas fazer os encanamentos nas ruas.

Depois de muitas ações do Ministério Público Federal, questionamentos do Ibama e processos com o município, decidiu encarar a obra, que ainda não foi concluída. Alvo de constantes protestos da população local, ribeirinhos, comunidades indígenas e organizações socioambientais, Belo Monte teve as suas obras paralisadas em diversas ocasiões. O prazo original de sua conclusão, conforme firmado em contrato, era fevereiro deste ano. O projeto está sendo entregue, portanto, com nove meses de atraso. Apesar de sua potência surpreendente de mais de 11 mil MW, a geração média da usina, na realidade, é de 4.571 MW, por causa da oscilação do rio Xingu durante o ano.

Essa variação, inclusive, faz com que quase toda a casa de força principal da hidrelétrica fique vários meses do ano simplesmente desligada, porque há pouca água para passar por suas turbinas. Não por acaso, a viabilidade da usina foi questionada não apenas por ambientalistas, mas por muitos engenheiros credenciados na construção de barragens. A reportagem questionou a Norte Energia sobre esses pontos considerados polêmicos.

]Por meio de nota, a Norte Energia informou ter investido R\$ 125 milhões “para o fortalecimento das ações”, por meio de um convênio firmado com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará. Parte desse investimento foi usada na construção do Complexo Penitenciário de Vitória do Xingu, a 20 quilômetros de Altamira, que foi entregue ao governo paraense no dia 4 de novembro. “Além de aportes dirigidos aos municípios da área de influência direta e indireta da usina Belo Monte, destacam-se a aquisição de helicóptero, reforma do alojamento do 16.^o Batalhão da Polícia Militar em Altamira e a implantação do Sistema de Monitoramento por meio de vídeo para Altamira com a instalação de mais de 50 câmeras”, declarou a empresa.

Lava Jato. Com o acionamento de sua 18.^a turbina, Belo Monte conclui a história de uma construção polêmica, planejada há mais de 40 anos. Outras histórias geradas pelas turbinas da hidrelétrica, no entanto, estão apenas começando. Dois meses atrás, a Polícia Federal prendeu Márcio Lobão, filho do ex-ministro e

ex-senador Edison Lobão (MDB), alvo de mandado de prisão preventiva (sem prazo), na 65.ª fase da Lava Jato.

Um habeas corpus acabou livrando Márcio da prisão. O Ministério Público Federal sustenta que Edison Lobão recebeu ao menos R\$ 50 milhões de empreiteiras de 2008 a 2014, em esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro que passaram pelas obras da hidrelétrica de Belo Monte. A Norte Energia não se manifestou sobre esse assunto. As investigações seguem em curso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Com expansão do pré-sal, Maricá vira 'novo rico'

Cidade fluminense vai receber quase R\$ 2 bi em royalties em 2020; para especialistas, desafio é usar recursos para impulsionar economia

A 60 quilômetros de distância da cidade do Rio de Janeiro, o balneário de Maricá colhe os frutos da expansão do pré-sal e ostenta agora o título de “novo rico do petróleo”. Só neste ano, R\$ 646 milhões de royalties e participação especial, cobrados de grandes campos produtores, vão engordar a receita da Prefeitura. O dado é da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP). A previsão é que a arrecadação cresça ainda mais à medida que megacampo, como de Lula e Búzios, avancem nos próximos anos. Se todo esse dinheiro fosse distribuído entre os 157 mil habitantes da cidade, cada um deles teria recebido R\$ 4,1 mil.

Como prevê a legislação, a receita está sendo gasta em projetos de Saúde e Educação. Maricá é a que mais investe no Estado, de acordo com o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). Em contrapartida, está entre as que têm menor autonomia financeira. Na prática, significa que não é capaz de sustentar sua estrutura com receita própria, apenas com transferências, como as compensações pagas pelas empresas petroleiras, principalmente pela Petrobrás.

“Não fossem os royalties, Maricá não se manteria. É necessário ter um planejamento de longo prazo para não ficar numa situação bastante delicada. Não é só a produção de petróleo que determina a arrecadação, mas também o câmbio e a cotação do petróleo, que podem cair a qualquer momento e deixar os municípios arrecadadores na mesma situação que ficou o Estado do Rio”, afirma Jonathas Goulart, gerente de Estudos Econômicos da Firjan. Sobre as “novas ricas do petróleo” recai sempre o fantasma de repetir a história dos

municípios fronteiriços à Bacia de Campos, no norte fluminense, como Macaé, Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras.

Essas cidades ficaram famosas pela ostentação de fachadas, com calçadas litorâneas de mármore e construção de sambódromo onde nem há carnaval. Pouco investiram em necessidades básicas da população, como saneamento. Quando veio a crise do petróleo, em 2014, e os preços despencaram, elas viram seus orçamentos minguarem. “Os recursos são voláteis, pois o preço do petróleo flutua, e finitos, porque a produção um dia acaba. Precisam ser bem aproveitados. Não há maldição do petróleo. O que há é má gestão, que deve ser evitada”, diz Décio Oddone, diretor-geral da ANP.

O ideal, segundo Carlos Maurício Ribeiro, especialista de Petróleo e Gás e sócio do Vieira Rezende Advogados, seria que a receita fosse revertida em infraestrutura para atrair investidores e desenvolver a economia local, não apenas em petróleo. “Maricá tem uma posição privilegiada em relação ao pré-sal e a possibilidade de crescer dependendo da qualidade da gestão. Mas seu sucesso está atrelado também à legislação, que carimba o gasto das compensações financeiras à Educação e Saúde”, diz Ribeiro.

A Lei 12.858 define que 75% da receita de royalties e participação especial devem ir para Educação e o restante, para Saúde. “Seria bom aplicar em estradas, iluminação, enfim, na estrutura da cidade para atrair outras atividades e se interligar a municípios vizinhos com os quais mantém relação de comércio”, acrescenta. Procurada, a prefeitura de Maricá não se pronunciou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Affonso Celso Pastore

Título: O fio da meada

Por que o real chegou a R\$ 4,20/US\$? Uma explicação seria a frustração no leilão da cessão onerosa da Petrobrás. É curioso que o anúncio do resultado do leilão levou simultaneamente à depreciação do real e à valorização das ações da Petrobrás. Como explicar o aparente paradoxo? Com o leilão realizado no sistema de partilha, a Petrobrás ficou em vantagem com relação aos investidores internacionais, que se desinteressaram, frustrando a expectativa de ingresso de dólares. Mas, do ponto de vista da Petrobrás, o leilão foi um sucesso. A empresa ofereceu o lance mínimo ganhando as áreas que interessavam, elevando a cotação de suas ações.

Parabéns ao presidente da Petrobrás, cuja obrigação é proteger o lucro dos acionistas, e um puxão de orelha no mercado financeiro que não deu a devida atenção ao desestímulo desse tipo de leilão pelos estrangeiros. Há pressões relevantes sobre o real, que não vêm apenas da decisão da Petrobrás de pagar sua dívida externa, e de empresas privadas trocando dívida externa por debêntures emitidas no Brasil. Nos últimos 12 meses, foram remetidos ao exterior em torno de US\$ 20 bilhões de investimentos de não residentes em renda fixa e em ações.

Ao mesmo tempo, o Banco Central vendeu em torno de US\$ 20 bilhões no mercado spot. Será que se o Banco Central não tivesse vendido dólares a depreciação seria maior? A resposta é não! Ao lado das vendas no mercado spot o Banco Central realizou operações de swaps reversos de igual valor. Ou seja, vendeu no mercado à vista o que comprou no mercado futuro, com um efeito neutro sobre a taxa cambial. Para desatar um nó é preciso encontrar o fio da meada. Um câmbio mais volátil é um risco para os investidores não residentes.

Quando compram uma ação, eles apostam simultaneamente nos resultados da empresa e no câmbio, e quando compram um título público correm o risco de a depreciação cambial de uma semana eliminar os retornos de um ano. Países dependentes de commodities têm maior volatilidade cambial. É o caso da Austrália, tanto quanto do Brasil. No Brasil, a essa força soma-se a incerteza sobre o prosseguimento da agenda de reformas. Notícias vindas da política que indiquem riscos de postergação na aprovação de reformas geram volatilidade. Quando os juros no Brasil eram altos relativamente aos EUA, esse diferencial se sobrepunha ao risco de câmbio medido pela volatilidade do real, e os ingressos em renda fixa eram altos.

Igualmente, em ciclos de elevado crescimento econômico havia a expectativa de forte valorização das ações, compensando o risco de câmbio enfrentado por não residentes comprando ações na B3. A situação era ainda melhor quando a elevação dos preços de commodities levava à valorização do real, eliminando o risco de câmbio. Quando crescemos em 2006/2007, tivemos um ingresso líquido em carteira superior a US\$ 40 bilhões, metade em ações e metade em renda fixa. A expectativa de continuidade do crescimento aumentava os lucros esperados, valorizando as ações, e os juros altos atraíam investimentos em renda fixa.

Naqueles anos, a imagem de Lula era de um gênio social-democrata que dava continuidade à transformação institucional iniciada por FHC, e essa imagem melhorou ainda mais quando em 2010 o Brasil saiu rapidamente da crise internacional, e em parte pelo aumento das commodities em 7,5%, com ingressos em carteira de mais de US\$ 70 bilhões. O mundo ainda confiava na magia do operário transformado em presidente. Daí em diante, contudo, a

verdade começou a se impor, e isso não ocorreu apenas devido às evidências de corrupção generalizada do governo Lula, cujos males causados ao Brasil estão vivos na memória de todos.

Foi Lula que deu os primeiros passos, transformando os superávits primários em déficits, e transferiu para o BNDES, por fora do Orçamento, recursos de quase 10% do PIB, que ajudaram no crescimento recorde de 2010. Era o fim da responsabilidade fiscal, direção na qual sua sucessora se atirou sem reservas. Perdemos o grau de investimento, revelando que tínhamos problemas estruturais sem uma solução fácil, e descobrimos que nosso crescimento era totalmente incerto. Do ponto de vista dos investidores não residentes, o Brasil tem fragilidades muito superiores às do passado. Dentre elas está a incerteza da capacidade de o atual governo aprovar as reformas necessárias para o País se afastar do passado populista que tanto nos tem custado.

EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL E SÓCIO DA A.C. PASTORE & ASSOCIADOS.
ESCREVE QUINZENALMENTE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2019

Seção: Economia

Autor: A.F. BRASÍLIA

Título: Entidade é contra repassar royalties a todos municípios

Na contramão da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o presidente da Associação Brasileira dos Municípios com Terminais Marítimos e Fluviais para Embarque e Desembarque de Petróleo e Gás Natural (Abramt), Pierre Emerin, diz acreditar que o Supremo Tribunal Federal (STF) vai declarar a inconstitucionalidade da lei que mudou a distribuição das receitas provenientes da produção de petróleo. A lei – que estendeu a todos os municípios do País as receitas com exploração de petróleo – está suspensa por liminar da ministra Cármen Lúcia.

Prefeito de Imbé (RS), Emerin diz que as cidades que detêm as instalações e que efetivamente participam de todo o processo de carregamento e descarregamento da produção de petróleo mereceriam receber os recursos do petróleo, pois enfrentam os riscos ambientais e se moldaram para atender às necessidades de exploração. Imbé tem 30 mil habitantes e é um dos municípios que recebem recursos como compensação pela exploração do petróleo. São cerca de R\$ 18 milhões por ano – 15% da receita administrada pela Prefeitura local.

Para o presidente da Abramt, a CNM erra ao defender a distribuição dos recursos para todos os municípios. “Não é uma tábua de salvação, como ela espera. Não vai resolver em nada a vida financeira dos municípios”, avalia. Ele afirma que uma distribuição igualitária dos royalties de petróleo demandaria a revisão de todos os tipos de taxas, inclusive de barragens e usina elétricas. “É casuística e oportunista essa revisão tão somente de petróleo”, critica o presidente da Abramt. Uma mudança nas regras teria de ser feita dentro de uma revisão do pacto federativo, ressalta.

Na ação no STF, o governo do Rio de Janeiro sustenta que a nova norma fere o pacto federativo originário da Constituição de 1988. Para o Estado, a criação de um regime jurídico somente poderia afetar concessões futuras, mas as inovações trazidas pela lei mexeram com situações já constituídas há muito tempo nos Estados produtores – como expectativa e comprometimento das receitas provenientes da distribuição dos royalties.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: 30 cidades ficam com até 72% dos recursos do pré-sal, mostra estudo

Petróleo. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, concentração é resultado de uma liminar concedida pelo Supremo ao Rio de Janeiro, que breiou a distribuição de royalties e participações especiais a todas as cidades do País; receitas devem somar R\$ 59 bi em 2020

A nova fronteira de produção do pré-sal em torno da Bacia de Santos está criando um núcleo de municípios muito ricos, beneficiados pelas regras de distribuição que o Supremo Tribunal Federal (STF) mantém inalteradas há quase sete anos por força de uma ação movida pelo Estado do Rio de Janeiro. Em jogo, um volume de recursos que só em 2020 alcançará R\$ 59 bilhões. De acordo com estudo elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), obtido pelo Estado, apenas 30 cidades do País concentram hoje 72% de todos os recursos de royalties repassados pela União.

O que explica o surgimento desses “novos ricos” é o aumento significativo da produção no Sul do Rio e no Norte de São Paulo. O campo de Lula, nessa região, já é responsável por um terço da produção nacional de petróleo. Um dos símbolos desses novos “emirados” é Maricá. Com 157 mil habitantes, o município fluminense receberá, em 2020, a cifra de R\$ 1,9 bilhão em royalties e participação especial de petróleo, segundo projeções da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

O royalty e a participação especial são uma compensação paga pela extração do petróleo. Além de Maricá, as cidades litorâneas de Ilhabela (SP), Saquarema (RJ) e Niterói (RJ) também passaram a integrar o grupo de endinheirados, juntando-se a Macaé e a Campos dos Goytacazes, que, na década passada eram os principais beneficiários. O estudo da CNM mostra, porém, que o sistema de distribuição é desequilibrado mesmo entre os Estados produtores, beneficiando poucas cidades em detrimento da maioria.

São Gonçalo, no Rio, por exemplo, com um milhão de habitantes, receberá apenas R\$ 30 milhões em 2020. Supremo. Liminar concedida pela ministra Cármen Lucia, do STF, suspendeu dispositivos da Lei 12.734/2012 que estabeleceram novas regras de distribuição dos royalties do petróleo, beneficiando todos os municípios do País, e não apenas os “confrontantes” – como são chamadas as cidades litorâneas mais próximas dos campos de petróleo, que sofrem as consequências da produção petrolífera. Em 2013, a ministra liberou a ação para julgamento, mas o processo ainda se arrasta.

Durante a “Marcha dos Prefeitos”, em abril, o julgamento da liminar chegou a ser marcado pelo presidente do STF, Dias Toffoli, mas acabou sendo adiado para o ano que vem, a pedido dos governadores dos Estados produtores. Segundo apurou o Estado, uma audiência pública pode ser convocada, atendendo ao pedido do governo do Rio de Janeiro, autor do pedido de liminar. O presidente da CNM, Glademir Aroldi, critica o fato de uma decisão “monocrática” do STF segurar os repasses, apesar de a mudança na distribuição dos royalties entre Estados e municípios ter sido aprovada por maioria do Congresso e depois de vários anos de mobilização.

“Os prefeitos precisam de uma decisão definitiva sobre o assunto. Falta de tempo não é possível. São mais de seis anos sem analisar”, afirma ele. Embora defenda uma maior parcela para os Estados e municípios confrontantes, Aroldi diz que essa abundância de recursos para poucos municípios é ineficiente em termos econômico- fiscais. Segundo ele, nos últimos seis anos, foram distribuídos R\$ 22 bilhões de royalties do petróleo. O pesquisador do Ipea Sergio Gobetti participou de um projeto do Banco Mundial para estudar como os países organizados de forma federativa lidavam com a renda do petróleo.

O Brasil, segundo ele, era um dos que mais descentralizava os recursos. Poucos países distribuem renda sobre produção em mar. “Nenhum país do mundo adota um modelo de distribuição de royalties para municípios baseado em critérios de confrontação, como faz o Brasil. Essa jabuticaba fiscal, além de produzir uma concentração muito injusta dos recursos em poucas mãos, gera preguiça tributária e baixa qualidade do gasto”, diz Gobetti. Segundo o pesquisador, há uma razão macroeconômica importante para não concentrar

muito os recursos em poucos Estados e municípios: o preço do petróleo é muito volátil, e essa volatilidade é muito perigosa para a receita de um governo.

Para a CNM, o forte aumento de receitas petrolíferas projetado para os próximos anos oferece condições para que as novas regras de rateio sejam aplicadas sem impactos negativos sobre as finanças dos Estados e municípios mais beneficiados pelo modelo atualmente em vigor. / COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Fragmentos de óleo solidificado chegam ao litoral do RJ

Pela primeira vez fragmentos de óleo solidificado foram achados no litoral fluminense. Uma porção de cerca de 300 gramas foi recolhida na praia de Grussaí, em São João da Barra, na sexta (22).

Segundo a força-tarefa formada por Marinha, Ibama e ANP (Agência Nacional de Petróleo), o óleo que atingiu a praia de Grussaí passou por análise do Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira. “[O material] é compatível com o óleo encontrado no litoral da região Nordeste e Espírito Santo”, diz o instituto.

A Marinha informou que uma equipe de militares está no local para monitorar e limpar a praia. Servidores do Ibama iriam se unir ao esforço.

O presidente Jair Bolsonaro comentou na manhã deste sábado (23) a chegada de óleo ao Rio de Janeiro. “Gostaríamos muito que fosse identificado, no meu entender, esse ato criminoso. Não sabemos quanto de óleo ainda tem no mar. Na pior hipótese, um petroleiro, caso tenha jogado no mar toda a sua carga, menos de 10% chegou em nossa costa ainda, então nós nos preparamos para o pior.”

Segundo o Ibama, até sexta o óleo atingira 724 pontos em 120 municípios de dez estados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Óleo chega ao litoral norte do Estado do Rio

O derramamento de óleo que atingiu o litoral do Nordeste e do Espírito Santo chegou ao Rio de Janeiro. O Grupo de Acompanhamento e Avaliação, formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), informou ontem por meio de nota que, na sexta, pequenos fragmentos do material – cerca de 300 gramas – foram detectados e removidos na Praia de Grussaí, em São João da Barra, no litoral norte fluminense. “O material foi analisado pelo Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira e constatado como compatível com o óleo encontrado no litoral da região Nordeste e do Espírito Santo”, afirmou o grupo no texto.

Em evento ontem na Vila Militar, na zona oeste do Rio, o presidente Jair Bolsonaro reconheceu que o governo ainda não sabe como aconteceu o vazamento que contamina as praias. “Nós gostaríamos muito que fosse identificado quem realmente cometeu, no meu entender, esse ato criminoso. Mas não sabemos quanto de óleo ainda tem no mar”, afirmou Bolsonaro. “Na pior hipótese, um petroleiro, caso tenha jogado no mar toda a sua carga, menos de 10% chegou na nossa costa ainda. Nos preparamos para o pior. Pedimos a Deus que isso não aconteça”, disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/11/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras consegue liminar contra greve de petroleiros

Petrobras obteve neste sábado (23) liminar para barrar a greve de petroleiros agendada para a segunda-feira (25) contra demissão e transferência de trabalhadores.

A liminar fixa multa de R\$ 2 milhões caso os sindicatos paralise as atividades.

A greve de cinco dias foi anunciada por sindicatos ligados à FUP (Federação Única dos Petroleiros), que acusa a estatal de descumprir acordo trabalhista assinado no início do mês, após mediação do Tribunal Superior do Trabalho.

Na liminar, o ministro do TST Ives Gandra Martins diz que é abusiva a greve deflagrada após acordo coletivo e que as cláusulas citadas pela FUP “são de caráter programático, sem prazo estabelecido para implementação”.

“Ou seja, não há prova nem tempo para o descumprimento da norma coletiva em vigor que justifique a deflagração da greve”, escreveu.

A FUP diz que a empresa faz planos de demissão incentivada e de transferência de empregados sem discussão com sindicatos e que o uso de indicadores de segurança como critério para pagamento de bônus fere o acordo.

Em comunicado, a FUP informou que vai manter mobilizações “para alertar a sociedade sobre os riscos da política de demissões em massa e da venda de ativos da estatal.” A FUP disse que as mobilizações não afetarão o abastecimento de combustíveis

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo

Título: Com venda de ativos, lucro das cinco maiores estatais avança 69,6% em 2019

Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, BNDES e Eletrobras registram ganho somado de R\$ 85,2 bilhões nos primeiros nove meses do ano

As cinco principais estatais federais (Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES e Eletrobras) registraram lucro líquido somado de R\$ 85,2 bilhões nos primeiros nove meses deste ano.

O valor representa um avanço de 69,6% em relação ao mesmo período de 2018. O resultado foi impulsionado pela política de venda de ativos.

A equipe econômica do governo Jair Bolsonaro estabeleceu como diretriz que as estatais se desfaçam de atividades vistas como não prioritárias.

O objetivo declarado pelo time, liderado pelo ministro Paulo Guedes (Economia), é gerar recursos e também abrir espaço na economia para a atuação da iniciativa privada.

O secretário de Coordenação e Governança de Estatais do Ministério da Economia, Fernando Soares, diz que o cenário de restrição fiscal e de demandas sociais levou à necessidade de mudanças na gestão dos ativos.

“Estamos no momento de fazer escolhas. Nesse quadro, temos de alocar recursos para outras áreas, como educação, saúde e segurança.”

A venda de ativos impulsiona o resultado das empresas no curto prazo, abrindo caminho para pagamentos maiores de dividendos a acionistas.

No caso das estatais federais, o principal deles é a União —que deve receber R\$ 16 bilhões das empresas em 2019, de acordo com a mais recente previsão do governo.

Enquanto o governo diz que a privatização de estatais como Petrobras, Caixa e BB não será levada adiante nesta gestão, a venda de diversos ativos dessas e outras empresas prossegue em ritmo acelerado.

Só nas três companhias já foram vendidos R\$ 91,3 bilhões em ativos em 2019, uma média de R\$ 294 milhões por dia.

O movimento tem aval do STF (Supremo Tribunal Federal). A corte decidiu em junho que estatais podem vender subsidiárias sem a chancela do Legislativo.

As negociações, somadas a fatores operacionais, elevaram o resultado da Petrobras.

A petroleira registrou lucro de R\$ 32,4 bilhões nos primeiros nove meses de 2019, alta de 36,7% em relação ao mesmo período de um ano atrás.

Um dos mais relevantes movimentos da estatal foi a venda de ações da BR Distribuidora, em maio. A Petrobras abriu mão do controle da empresa e obteve R\$ 9,6 bilhões.

Outro exemplo foi a venda da TAG (Transportadora Associada de Gás, rede de gasodutos do Norte e Nordeste). Feita em abril, a negociação rendeu mais de R\$ 33 bilhões.

No total, a Petrobras calcula que as vendas a tenham feito obter até agora US\$ 13,3 bilhões de recursos em caixa — R\$ 55 bilhões, considerando a cotação do dólar no dia 20.

A companhia planeja continuar a vender ativos. Estão programados desinvestimentos de refinarias, transporte e distribuição de gás, além de ativos de exploração terrestres e de águas rasas — não considerados pela administração como a parte principal do negócio.

No ano, o maior crescimento do lucro dentre as cinco principais estatais foi registrado no BNDES. O banco de fomento teve resultado de R\$ 16,5 bilhões nos primeiros nove meses de 2019, um avanço de 159% contra um ano antes.

A diretoria afirma que o cenário foi influenciado pelo maior volume de alienação de ações, além de outros fatores.

Entre as principais operações que geraram ganhos ao BNDES neste ano está a incorporação da empresa de papel e celulose Fibria (até então controlada pelo banco e pela Votorantim) pela concorrente Suzano.

Concluído ainda em 2018, o negócio gerou R\$ 8,27 bilhões ao BNDES em 2019, sendo R\$ 6,8 bilhões em dinheiro.

O movimento deve continuar, já que a orientação no BNDES é vender ativos, principalmente os mais maduros.

Sob uma diretriz de transformação de seu papel, o banco deve ainda reduzir o volume anual de empréstimos e direcionar sua atuação à estruturação de projetos de concessão e infraestrutura.

Na Eletrobras, foi registrado lucro de R\$ 7,62 bilhões em nove meses. Isso reverteu o prejuízo de R\$ 404 milhões do mesmo período de um ano antes.

De acordo com a empresa, o resultado foi decisivamente influenciado pela privatização de distribuidoras subsidiárias iniciada em 2018 e concluída neste ano.

Nas contas do governo, as distribuidoras eram deficitárias. Elas geravam um prejuízo ao redor de R\$ 4 bilhões para a Eletrobras por ano.

Além das controladas, a própria Eletrobras entrou na fila das privatizações. O governo enviou neste mês ao Congresso um projeto de lei para a venda da empresa.

Recentemente, o BB obteve R\$ 1,6 bilhão com a venda de ações detidas no IRB (Instituto de Resseguros do Brasil).

Movimento semelhante é visto na Caixa Econômica Federal, que vendeu neste ano ações da Petrobras.

A administração tem como prioridades vender ativos não estratégicos, além de abrir capital de subsidiárias e avaliar operações voltadas para o mercado de capitais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/11/2019

Seção: Especial

Autor: João Pedro Pitombo e João Valadares

Título: Pescadores, voluntários e moradores relatam estresse e esgotamento mental

Afetados citam insônia e crises de choro após crise do óleo; pescador pensou em afundar seu barco

“Gente, tudo isso está fodendo minha saúde mental. Peço licença, mas vou me retirar do grupo. Essa merda já tomou proporções irreparáveis a meu ver, vou fazer o que estiver ao meu alcance enquanto humana insignificante diante de tamanha tragédia”.

O desabafo foi feito por Yasilis Sampaio, 32. Moradora da praia de Serra Grande, em Uruçuca, sul da Bahia, naquele dia ela tinha acordado às 3h da manhã e corrido para o celular. Passou o dia acompanhando notícias sobre a chegada do óleo na sua região.

Sem desgrudar os olhos da tela, seguiu para a praia e participou de um mutirão para recolher o material. No fim do dia, esgotada, tomou a decisão de sair dos três grupos de voluntários de que participava no WhatsApp.

“Entrei em uma espécie de looping com tanta informação. Só pensava no desespero das pessoas, principalmente dos pescadores”, afirma.

Relatos como esse são constantes. Cerca de 80 dias depois da chegada das manchas de óleo no litoral brasileiro, voluntários, moradores das praias e trabalhadores do mar relatam estresse e esgotamento emocional.

E não há sinais de mudança no horizonte, já que o óleo continua chegando ao litoral dos estados nordestinos e do Espírito Santo.

Entre os voluntários que têm atuado em mutirões, a sensação é a de “enxugar gelo”. Na semana passada, o óleo reapareceu na Bahia e no Piauí.

Trabalhando desde os 14 anos na praia de Gaibú, no Cabo de Santo Agostinho, Grande Recife, o pescador Edinaldo Rodrigues de Freitas, 48, não parou desde a chegada das primeiras manchas de óleo a Pernambuco.

Com seu barco, fez monitoramentos diários no mar, mergulhou para verificar manchas consolidadas no fundo e removeu o petróleo da areia.

Nal, como é conhecido na praia, diz que não se reconhece mais. “Vivo em um inferno hoje, um inferno grande. Brigo com todo mundo. Não tenho paciência para nada. Grito com as pessoas porque minha vida se transformou”, diz.

No auge do desespero, chegou a pensar em afundar o seu barco em alto-mar numa tentativa desesperada de se livrar de um pesadelo. “Estou falando com você e já começo a me tremer aqui e a segurar o choro. A minha situação é de desespero. Estou à flor da pele.”

Laurineide Maria Santana, 56, trabalha há 35 anos no Conselho Pastoral de Pescadores, braço da Igreja Católica que atende pessoas que vivem da pesca artesanal em Pernambuco. Acostumada a falar em público, não consegue mais fazê-lo sem que o choro a interrompa.

“Não estávamos preparados para passar por isso. Eu me sinto assim. Sofremos um choque. Estou sem falar em público. Choro sem parar”, relata.

Há um mês, ela não dorme direito. “Nunca tive insônia e tenho passado noites em claro. Eu fico pensando nas pessoas, na sobrevivência dos pescadores. Isso tem me causado uma perturbação psicológica muito grande”.

O cenário não é diferente para quem está longe mas tem uma relação afetiva com as praias atingidas. O empresário baiano Maurício Magalhães, 59, mora em São Paulo, mas tem uma casa em Arembepe, na Grande Salvador.

Ele tem evitado acompanhar o noticiário sobre o vazamento de óleo. Diz se sentir impotente diante do que considera o maior desastre ambiental que já viu na vida.

“É uma ruptura muito cruel porque minha relação com a praia é uma coisa que considero visceral. O mar é meu ponto de refúgio, é onde encontro a minha paz interior”, afirma.

Há cerca de um mês, ele visitou a praia de Arembepe dias após o óleo ter chegado à região. Caminhou por cerca de uma hora na faixa de areia e voltou para casa com os pés totalmente manchados de preto. “Foi uma dor devastadora”.

Além do estresse, também é recorrente o sentimento de revolta frente aos informes de prefeituras, hotéis e empresas de turismo que alegam normalidade nas praias.

Dona de uma hospedaria na praia de Itapuã, em Salvador, Caroline Almeida Rodrigues, 41, afirma viver um dilema diário quando clientes ligam em busca de reservas.

Ela diz que lhe falta coragem para fechar negócio, que prefere ser franca com seus possíveis clientes e os orienta a, por enquanto, não viajarem.

“Se eu fosse falar com o bolso, ia dizer ‘venham’. Mas meu senso me impede de não dizer a verdade. Até hoje vemos óleo nas águas, nas pedras, nas algas. Como vou dizer que está tudo bem?”, diz.

Além do prejuízo financeiro, o vazamento de óleo fez com que ela perdesse seu laço com o mar como fonte de lazer. Ela mora a poucos passos da praia, mas não mergulha na água salgada desde setembro. “Sinceramente, não me sinto preparada pra isso”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/11/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: A chance da Câmara na política ambiental e de defesa civil

Casa investigará motivos do fracasso do Estado na prevenção a desastres

A Câmara decidiu investigar as razões do fracasso do Estado brasileiro na prevenção de desastres ambientais e a ineficácia da Defesa Civil em emergências como o derramamento de petróleo no litoral do Nordeste e do Sudeste.

Vai instalar uma Comissão de Inquérito subscrita por 267 deputados, ou seja, a maioria (52%) do plenário de 513 parlamentares. O instrumento escolhido, uma CPI, é questionável, porque tem sido banalizado. São vários os casos de comissões de inquérito improdutivas, terminadas em fiasco, com aprovação de relatórios pífios e corrupção de alguns dos seus integrantes.

A dimensão do desastre do petróleo vazado no litoral, ampliada pela ineficiência do setor público em mitigar danos, impõe aos líderes da Câmara o desafio de resgatar a função originária das CPIs, e apresentar respostas e propostas construtivas sobre dois problemas nacionais que precisam ser focalizados de maneira interdependente — as políticas de meio ambiente e de defesa civil.

Elas não existem além do papel, como ficou demonstrado na sequência de desastres em Mariana e Brumadinho (Minas Gerais); nos incêndios e no aumento do desmatamento na Amazônia; e no óleo espalhado por quase 700 localidades em quatro mil quilômetros de litoral, do Maranhão ao Espírito Santo.

Se a Câmara conseguir superar a fútil polarização poderá se concentrar em apurar o que os governos federal, estaduais e municipais fizeram nessa crise. Terá um roteiro para elaborar políticas públicas efetivas de proteção ambiental e de defesa civil.

Como mostra a tragédia do vazamento de óleo, o problema vai muito além do aspecto preservacionista. Envolve revisão e construção de mecanismos de fiscalização, com integração de atores ainda à margem do planejamento

setorial, como a Marinha e as empresas petrolíferas, com interesse óbvio na prevenção de incidentes na plataforma marítima. Tem razão o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, quando diz ser vital “focar no que o governo fez, certo ou errado, e onde pode melhorar sua estrutura”.

A Câmara tem a chance de revisar orçamentos, elaborar e consolidar normas que induzam à inovação na prevenção, fiscalização, controle de danos, e até em iniciativas para conservação e uso sustentável do bioma marinho. Há questões pendentes, entre elas a imobilidade do aparato estatal. Há um plano nacional de contingência para vazamentos de petróleo que, simplesmente, não foi acionado — e não se conhecem as razões da insuficiência.

Serão necessários bom senso e foco para evitar a armadilha do confronto entre o governo e a oposição que administra parte dos estados atingidos. Se não houver equilíbrio, a Câmara não perderá apenas uma chance de afirmar seu poder na formulação de políticas públicas, mas, inevitavelmente, se entregará ao descrédito com mais uma CPI inócua.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: JULIANA CASTRO E RENATO GRANDELLE

Título: Resíduos de óleo são vistos pela primeira vez no Estado do Rio

Origem da substância é a mesma da que afeta as praias do Nordeste; especialistas descartam chegada de resíduos à capital fluminense

Pequenos fragmentos de óleo foram detectados e removidos anteontem na Praia de Grussaí, em São João da Barra, no Norte do Estado do Rio. Este é o primeiro registro no litoral fluminense do resíduo que já chegou a praias de toda a Região Nordeste e do Espírito Santo.

O material encontrado tem cerca de 300 gramas, segundo o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM). Equipes do Ibama, Marinha, Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e da prefeitura de São João da Barra iniciaram vistorias em busca de novos fragmentos da substância, mas não identificaram outros pontos afetados. Um grupo de trabalho se reunirá amanhã para planejar a reação à eventual chegada de mais resíduos.

O presidente Jair Bolsonaro, que participou ontem de cerimônias na Vila Militar, na Zona Oeste do Rio, assinalou que o país se preparou para o pior — o que significa que uma nova leva de óleo, muito maior do que a observada até agora, pode chegar ao litoral brasileiro:

— Gostaríamos muito que fosse identificado quem realmente cometeu, no meu entender, esse ato criminoso. Agora, não sabemos o quanto de óleo ainda tem no mar. Na pior hipótese, um petroleiro, caso tenha jogado no mar toda a sua carga, menos de 10% chegou em nossa costa ainda, então nós nos preparamos para o pior. Pedimos a Deus que isso não aconteça.

Emilio La Rovere, engenheiro de sistemas e coordenador do Laboratório de Meio Ambiente da Coppe/ UFRJ, avalia que Bolsonaro tenta contornar a crise buscando um “bode expiatório”.

— Esta declaração mostra a mentalidade do governo. Não sabemos se é um ato criminoso, até porque, segundo convenções sobre segurança marítima, há condições em que os navios, em último caso, podem liberar sua carga para evitar um naufrágio —ressalta. — Além disso, o culpado pelo vazamento nem sempre terá condições para remediar o dano. O governo deve tomar todas as providências e, depois, apresentar a fatura para a empresa responsável pelo incidente.

‘UMA QUESTÃO DE TEMPO’

Coordenador do Laboratório de Análise e Processamento de Satélites (Lapis) da Universidade Federal de Alagoas, Humberto Barbosa considera que a chegada do óleo no Estado do Rio era “uma questão de tempo”

— Os satélites Sentinel flagraram, no dia 1º de julho, um derramamento de óleo na Bacia de Campos. No dia 19, vimos o mesmo na Paraíba. Então, precisamos saber se os fatores estão relacionados, se estamos falando de uma só embarcação —explica.

Especialistas, porém, descartam a possibilidade de que o óleo cru chegue à cidade do Rio. Para isso, a substância teria de passar por um recuo na costa brasileira, na altura da Região dos Lagos. Trata-se de uma localidade marcada por uma intensa corrente de água fria, que empurraria o óleo para o Atlântico.

La Rovere avalia que é “extremamente improvável” que o óleo passe por este obstáculo geográfico. Por isso, acredita que o governo deve se dedicar a outras tarefas, como analisar a diferença na composição química dos vestígios encontrados no Sudeste e no Nordeste, além do perigo à saúde provocado pela exposição à substância.

— Precisamos de mais centros de contingência em todo o litoral, que possam medir os danos —reivindica.

Segundo um levantamento divulgado pelo Ibama na última quinta-feira, 724 localidades foram afetadas até agora pelo óleo. Entre os municípios do litoral nordestino, 72% deles tiveram praias atingidas pelo desastre ambiental.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 24/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Sacha Calmon

Título: O petróleo não é estadual

Estados e municípios podem ser considerados “produtores de petróleo ou gás, quando extraídos na plataforma continental? Definitivamente, não! O mar territorial, a zona contígua, a plataforma continental e a zona de exploração econômica exclusiva são categorias de direito internacional público, definidas em tratado internacional de que o Brasil é signatário. Após tentativas frustradas de tratados multilaterais abrangentes sobre os direitos do mar, de 1958 e 1960, que definissem o território marítimo das nações vizinhas dos oceanos, sua largura e respectiva soberania, sobreveio, em 1982, a Convenção das Nações Unidas sobre o “Direito do Mar”, ou, simplesmente, Convenção de Montego Bay, com avanços significativos. O tratado - dividido em 17 partes, com 320 artigos e oito anexos, conceitua e regula os institutos marítimos, cria o Tribunal Internacional do Mar e reparte os espaços marítimos em águas internas, mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva e plataforma continental. Constituição de 1988 - Art. 20 - São bens da União: V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; VI - o mar territorial; VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos; VIII - os potenciais de energia hidráulica; (...) Indiferente à limitação legal, a mídia nacional “ecoando o discurso político” frequentemente fala de estados “produtores” e “não produtores” de petróleo e gás e falseia a repartição dos royalties do petróleo entre União, estados e municípios. Na verdade, o Brasil não tem território, nem soberania sobre o mar da plataforma continental e do leito do oceano. Como pessoa jurídica de direito público internacional, é apenas titular da prerrogativa de explorar, com exclusividade, os recursos naturais ali existentes, segundo a Convenção Internacional em comento. E onde não há território nem soberania descabe falar em estados produtores e não produtores. Na técnica constitucional, a União tem bens, como os particulares, situados - salvo o mar territorial - em algum Estado-membro. Daí, por elementar suposição, a crença de que os bens da União estariam sempre em algum estado e município. Mas nem sempre... Reza a Constituição “que são bens da União, dentre outros (Art. 20), os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva (item V) e o mar territorial (item VI), os quais, salta aos olhos - situam-se fora dos estados e de seus municípios. Mas é pela prerrogativa de explorar os recursos naturais ali existentes que o parágrafo primeiro do artigo estabelece o

discrimina: § 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração -. Como se vê, a participação dos estados e municípios se dá de duas maneiras: primeiro, privativamente, quando a exploração ocorrer nos respectivos territórios; e segundo, em igualdade entre eles (princípio de isonomia), quando a exploração ocorrer na plataforma continental, em mar territorial ou em zona econômica exclusiva, porque não circunscritas “no respectivo território”-, como ressalta o parágrafo. Do contrário, a expressão seria desnecessária. Exemplos: (1) os poços de petróleo terrestres no recôncavo baiano geram royalties para a União, o estado da Bahia e para os municípios onde situados. (2) O minério extraído em Congonhas do Campo, Minas Gerais, gera royalties para a União, o estado de Minas Gerais e, óbvio, para o município de Congonhas, excluídos os demais. Consequentemente, o petróleo, o gás e o minério que saem do subsolo marinho, abaixo do mar territorial, da plataforma continental ou da zona de exploração exclusiva haverão de ser repartidos entre todos os estados e municípios de forma igual, em nome da isonomia federativa.

MME / ASCOM .